



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM. 2025 - 2028

## Termo de Colaboração – 07/2025

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
MONTE APRAZÍVEL E O LAR  
VICENTINO DE MONTE APRAZIVEL,  
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE MONTE APRAZÍVEL**, doravante denominada Administração Pública, com sede na Praça São João, n°. 117, Centro, Monte Aprazível - SP, inscrito no CNPJ n°. 53.221.701/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal – João Roberto Camargo, portador do RG n°. 18.746.050 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n°. 080.682.398-47, residente e domiciliado à Rua Pedro Monteleone, n° 120, centro, Monte Aprazível-SP, CEP 15150-000; e a **LAR VICENTINO DE MONTE APRAZIVEL**, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada à Rua Sergipe, n°. 01, bairro: Vila Aparecida, Monte Aprazível, CEP: 15.150-000, inscrita no CNPJ sob o n°. 45.144.870/0001-72, neste ato representado por seu Presidente João Carlos Silva, brasileiro, marceneiro, portador do RG n°. 8.582.549-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n°. 018.532.638-26, residente na Rua Albino de Faria, n°. 60, Jardim Dom Bosco, Monte Aprazível.

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente da Edital de Chamamento Público n°. 02/2025, e em observância às disposições da Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto n°. 25/2017 e da Lei Municipal 4.063/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Cooperação financeira mediante formalização de Termo de Colaboração entre o Município de Monte Aprazível – SP, por intermédio da Assistência Social, órgão responsável pelo CMI - Conselho Municipal do Idoso, para concessão de apoio da administração pública municipal para



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

execução do projeto: Proteção especial – melhoria da situação de vida dos idosos em situação de acolhimento visando uma qualidade de vida com inclusão na vida comunitária.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes se obrigam a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

2. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I, caput, do artigo 43, do Decreto n. 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de colaboração, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

1. O período de vigência deste Termo de Colaboração será da data da sua celebração até 31/12/2025, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 21 do Decreto nº 8.726, de 2016:

I. mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

III. mediante termo aditivo, por interesse de ambas as partes, para continuidade da parceria, pelo período total máximo de 60 (sessenta) meses.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

1. Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos pelo Município no valor total de R\$ 52.899,24 (cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais, vinte e quatro centavos), à conta da dotação orçamentária 020401 08 0006 2019 000 399 3.3.50.43.000.01.00.500.083, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

1. A liberação do recurso financeiro se dará em parcelas mensais, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 33 do Decreto nº 8.726, de 2016.
2. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:
  - I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
  - II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;
  - III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
3. A verificação das hipóteses de retenção previstas no parágrafo primeiro ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:
  - I.a verificação da existência de denúncias aceitas;
  - II.a análise das prestações de contas mensais, quadrimestrais e anuais, nos termos Decreto nº. 25/2017;
  - III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e
  - IV. a consulta aos cadastros e sistemas federais que permitam aferir a regularidade da parceria.
4. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração, nos termos do parágrafo primeiro, inciso II, desta Cláusula.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

1. Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração serão disponibilizados à OSC por meio de transferência à conta corrente indicada no plano de trabalho.
2. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou



operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

3. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

5. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

6. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do artigo 33, §1º, do Decreto n. 25/2017.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC**

1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I. promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;
- II. prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;
- III. monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca da prestação de contas, diligências e visitas **in loco**, quando



necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;

IV. comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

V. analisar os relatórios técnicos de prestação de contas e monitoramento e avaliação;

VI. receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração;

VII. instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos dos artigos 38, do Decreto nº 25/2017;

VIII. designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61, da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

IX. retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

X. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

XI. reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019/ 2014;

XII. prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

- XIII. publicar, no Diário Oficial Municipal, extrato do Termo de Colaboração;
- XIV. divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10, da Lei nº 13.019/ 2014;
- XV. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- XVI. informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;
- XVII. analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;
- XVIII. aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014, e no Decreto n. 25/2017;
- II. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- III. garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
- IV. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

V. não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019/2014;

VI. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

VII. executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VIII. prestar contas à Administração Pública, nos moldes e periodicidade determinados nos artigos 42 a 45, do Decreto 25/2017;

IX. responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

X. permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

XI. quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

- a. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado
- b. garantir sua guarda e manutenção,;
- c. comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
- e. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

f. durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XII. por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014;

XIII. manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;

XIV. manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/ 2014;

XV. garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XVI. observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os princípios que regem a administração pública;

XVII. incluir no sistema disponibilizado on-line, as prestações de contas, informações e os documentos pelo Decreto 25/2017;

XVIII. observar o disposto no art. 48, da Lei nº 13.019/2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XIX. comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;

XX. divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

XXI. submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM. 2025 - 2028

XXII. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019/2014;

XXIII. responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXIV. quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA OITAVA– DA ALTERAÇÃO**

1. Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no artigo 57 da Lei nº 13.019/2014.

2. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

#### **CLÁUSULA NONA– DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

1. A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, observado o devido respeito aos princípios norteadores da administração pública e os procedimentos determinados no regimento interno de compras e contratações;

2. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços, notas fiscais, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

apresentação da prestação de contas.

3. As notas fiscais apresentadas como comprovação de utilização de recursos deverão referir expressamente, no corpo de seu texto ou por meio de carimbo, a origem dos recursos, o número do termo de colaboração, a lei autorizadora e o nome do Município de Monte Aprazível.

4. Os critérios e limites para a autorização do pagamento cheque estarão restritos ao limite individual de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais) por beneficiário, estando limitados a situações excepcionais, devidamente justificadas, devendo haver expressa previsão no plano de trabalho.

5. Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

6. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Monte Aprazível, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;

III - pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento, salvo se tratar de serviço em que não haja interrupção, por expresse interesse público na sua continuidade, caso em que será permitido o pagamento referente ao período, dentro do exercício, até o máximo de dois meses, não abrangido pelo termo de colaboração, devendo haver expressa justificativa em tal sentido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

1. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

2. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

3. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

I- designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

II- designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

III- emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014);

IV- realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

V- realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

VI- examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014);

VII- poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

VIII- poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM. 2025 - 2028

IX- poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

4. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

5. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso II, do parágrafo segundo*, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

6. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

7. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

8. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

9. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II, do parágrafo segundo, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

10. A visita técnica **in loco**, de que trata o inciso IV, do parágrafo segundo, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas da União.



11. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica **in loco**, que será registrado nos autos do processo administrativo e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública. O relatório de visita técnica **in loco** deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

12. A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V, do parágrafo segundo, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

13. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

14. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria está sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

1. O presente Termo de Colaboração poderá ser:

- I- extinto por decurso de prazo;
- II- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
  - a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

13



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM. 2025 - 2028

- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas (art. 61, §4º, inciso II, do Decreto nº 8.726, de 2016);
- c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) violação da legislação aplicável;
- e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- f) malversação de recursos públicos;
- g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- k) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

3. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

4. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela



autoridade competente da administração pública.

2. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados na forma do artigo 51, do Decreto 25/2017;
3. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros do Código Civil, e a atualização monetária o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulada mensalmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

1. Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.
2. Os bens patrimoniais de que trata o **caput** deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto vigor a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.
3. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.
4. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:
  - I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
  - II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.
5. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.
6. A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou



continuidade de ações de interesse social.

7. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

1. A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, por meio do portal on-line disponibilizado pela Administração pública, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 42 a 45, do Decreto nº 25/2017, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

2. O Relatório Final de Execução do Objeto, que deverá ser apresentado até 31 de janeiro, do exercício seguinte, conterá:

I - comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

II - extrato da conta bancária específica onde os recursos foram movimentados;

III - conciliação bancária final da conta de movimentação dos recursos, e da conta aplicação se houver;

IV - cópia do Balanço Patrimonial (BP), da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e do Balancete Analítico cumulado da OSC referente ao exercício encerrado, identificando separadamente a contabilização dos recursos recebidos, assinados pelo contador responsável;

V - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

VI - na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova da realização do respectivo registro contábil;

VII - certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da OSC, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração/fomento;

VIII - Certidão referente a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas no período de execução da parceria;

IX - demais declarações atualizadas previstas no artigo 21 do presente decreto, utilizados como requisitos de habilitação.



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

3. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

- I- Relatório Final de Execução do Objeto;
- II- Os relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III- Relatório de visita técnica **in loco**, quando houver; e
- IV- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

4. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas.

5. A análise do Relatório Final de Execução Financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

- I- o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e
- II- a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

6. A Análises e decisões quanto à prestação de contas observará as determinações dos artigos 46 a 54, do Decreto n°. 25/2017.:

7. O transcurso do prazo previsto no *caput*, do artigo 46, do Decreto 25/2017, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I- não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- II- não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

8. Os documentos disponibilizados pela Administração pública, deverão estar física ou digitalmente assinados.



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

9. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, do Decreto nº 25/2017, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções previstas no artigo 52 a 54, do Decreto 25/2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DIVULGAÇÃO**

1. Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria junto ao seu site oficial (se houver), perfis em redes sociais e em sua unidade física.

2. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

1. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

18



MUNICÍPIO DE  
**MONTE  
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.  
ADM: 2025 - 2028

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

2. Fica nomeado, como Gestor do Termo de colaboração, por parte do Município, Luciana Martins Tridico;

3. Fica responsável pelo presente Termo de Colaboração, por parte da OSC, João Carlos Silva.

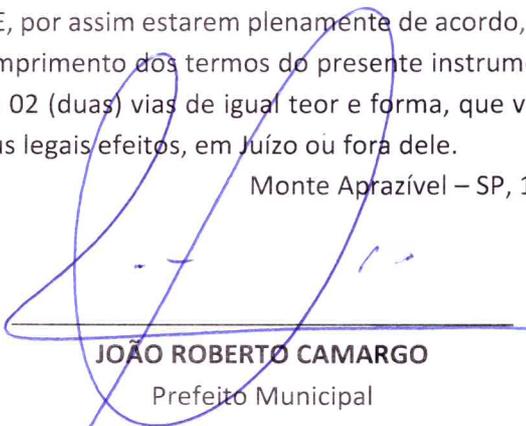
#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO**

1. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas e litígios resultantes deste termo de colaboração.

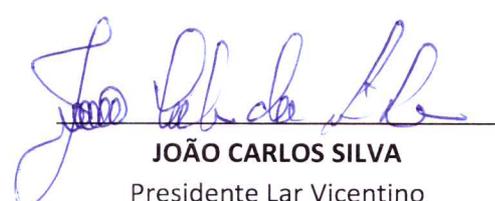
2. E por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, assinadas pelas testemunhas instrumentárias abaixo:

3. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

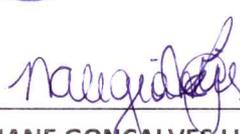
Monte Aprazível – SP, 16 de setembro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**JOÃO ROBERTO CAMARGO**

Prefeito Municipal

  
\_\_\_\_\_  
**JOÃO CARLOS SILVA**

Presidente Lar Vicentino

  
\_\_\_\_\_  
**NALEGIANE GONÇALVES LUIZ PEREZ**

Presidente - CMI

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome:

Identidade:

CPF:

Nome:

Identidade:

CPF:

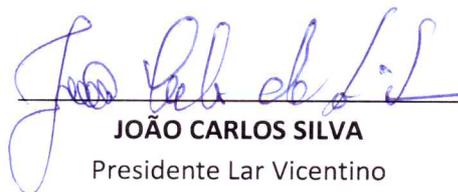


# TERMO DE COLABORAÇÃO 07/2025

## ANEXO I

### PLANO DE TRABALHO

  
\_\_\_\_\_  
**JOÃO ROBERTO CAMARGO**  
Prefeito Municipal

  
\_\_\_\_\_  
**JOÃO CARLOS SILVA**  
Presidente Lar Vicentino

  
\_\_\_\_\_  
**NALEGIANE GONÇALVES LUIZ PEREZ**  
Presidente - CMI

#### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Identidade:

CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Identidade:

CPF:



Sociedade de São Vicente de Paulo  
Lar Vicentino de Monte Aprazível  
Conselho Central de Tanabi-SP

# PLANO DE AÇÃO DA PROPOSTA

Conselho Municipal do Idoso (CMI)  
de Monte Aprazível

**LAR VICENTINO DE MONTE APRAZÍVEL  
OBRA UNIDA À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO**



**Sociedade de São Vicente de Paulo**  
**Lar Vicentino de Monte Aprazível**  
Conselho Central de Tanabi-SP

## I – Identificação

### 1. Dados da Organização da Sociedade Civil (OSC)

- **Nome:** Lar Vicentino de Monte Aprazível – Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo
- **CNPJ:** 45.144.870/0001-72
- **Inscrição Estadual:** Isenta
- **Endereço:** Rua Sergipe, nº 01 – Vila Aparecida
- **CEP:** 15.150-000
- **Município:** Monte Aprazível/SP
- **Telefone:** (17) 3275-1766
- **E-mail:** larvicentinomaprazivel@hotmail.com
- **Site:** <https://larvicentinomonteaprazivel.org.br/>
- **Dados Bancários:** Banco do Brasil, Agência 0145-7, Conta Corrente 24514-3

### 2. Identificação do responsável legal

- **Nome:** João Carlos da Silva
- **Função:** Presidente
- **RG:** 8.582.549-9
- **CPF:** 018.532.638-26
- **Endereço:** Rua Albino de Faria, nº 60 – Jardim Dom Bosco
- **CEP:** 15.150-000
- **Município:** Monte Aprazível/SP
- **Telefone:** (17) 99204-8033
- **E-mail:** larvicentinomaprazivel@hotmail.com

### 3. Identificação do responsável pelo setor administrativo

- **Nome:** Jheter Anderson Domiciano
- **Função:** Encarregado Administrativo
- **RG:** 44.958.634-0
- **CPF:** 470.074.408-19
- **Endereço:** Avenida Antônio Canheo, nº 920 – Recanto das Águas
- **CEP:** 15.150-000
- **Município:** Monte Aprazível/SP
- **Telefone:** (17) 99240-3202
- **E-mail:** larvicentinomaprazivel@hotmail.com

### 4. Identificação da responsável técnica



**Sociedade de São Vicente de Paulo**  
**Lar Vicentino de Monte Aprazível**  
Conselho Central de Tanabi-SP

- **Nome:** Juliana Martins Alcazas Paulino
- **Função:** Enfermeira
- **RG:** 43.977.952-2
- **CPF:** 317.191.838-21
- **COREN-SP:** 139.841
- **Endereço:** Rua Guaranésia da Silva Leal, nº 160 – Jardim Bela Vista
- **CEP:** 15.150-000
- **Município:** Monte Aprazível/SP
- **Telefone:** (17) 99725-0883
- **E-mail:** enfermeira.lar@gmail.com

#### 4. Identificação da responsável pela proposta de trabalho

- **Nome:** Gislaine Martins da Costa Ferreira
- **Função:** Assistente Social
- **RG:** 32.870.003-4
- **CPF:** 337.133.048-66
- **CRESS-SP:** 38.443
- **Endereço:** Rua Honório Dias, nº 670 – Jardim do Lago
- **CEP:** 15.150-000
- **Município:** Monte Aprazível/SP
- **Telefone:** (17) 99715-1469
- **E-mail:** gi.martins.assistente.lar@outlook.com

A diretoria do Lar Vicentino de Monte Aprazível é composta por associados Vicentinos, denominados Confrades e Consócias, conforme as disposições do Estatuto Social vigente.

Para o período 2024-2028, é formada pelos seguintes membros:

- **Presidente:** João Carlos da Silva
- **Vice-presidente:** Luiz Mauricio da Silveira
- **1º Secretário:** Antônio Vitório Petean
- **2º Secretário:** Bruno Vasconcellos Bonilha
- **1º Tesoureiro:** Renan Maionchi Pereira Martins
- **Organizador de Eventos:** Luís Fernando Cera
- **Organizador de Eventos:** Claudécir Aparecido Pereira da Rocha
- **Conselheira Fiscal:** Nilda Prado Ferrari
- **Conselheira Fiscal:** Maria Regina de Araújo Tonon
- **Conselheiro Fiscal:** Adhemar Luiz Casagrande



**Sociedade de São Vicente de Paulo**  
**Lar Vicentino de Monte Aprazível**  
Conselho Central de Tanabi-SP

## II – Linha de ação

O Lar Vicentino de Monte Aprazível atua no **Eixo II – Proteção Especial**, que visa a melhoria da situação de vida dos idosos em situação de acolhimento, promovendo uma qualidade de vida que favoreça sua inclusão na vida comunitária.

## III – Apresentação

O Lar Vicentino de Monte Aprazível – Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) de direito privado, filantrópica, beneficente e sem fins lucrativos. Fundada em 18 de agosto de 1971, com registro nº 242, folha. 14 A-1, a entidade teve seu cadastro ativo na Receita Federal em 10 de novembro de 1971, sob o CNPJ: 45.144.870/0001-72. Sua inscrição estadual é isenta e sua atividade principal é a Assistência Social, com ênfase na prática da caridade cristã no campo da assistência e da promoção humana.

A entidade atua no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, oferecendo serviço de acolhimento institucional para idosos, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009). Com sede na Rua Sergipe, nº 01 – Vila Aparecida – Monte Aprazível/SP, a instituição iniciou sua construção em 2 de junho de 1960.

Como Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), o Lar Vicentino oferece acolhimento ininterrupto (24 horas por dia), sem qualquer discriminação de raça ou credo, a idosos de ambos os sexos com 60 anos ou mais. A natureza do acolhimento é predominantemente provisória, podendo ser excepcionalmente de longa permanência nos casos em que todas as possibilidades de autossustento e convívio familiar estejam esgotadas.

A entidade mantém articulação com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do município em que se localiza, recebendo usuários encaminhados por essa unidade e desenvolvendo atividades em parceria. Além disso, proporciona assistência material, moral, intelectual, social e espiritual em condições de liberdade e dignidade, com foco na preservação da saúde



**Sociedade de São Vicente de Paulo**  
**Lar Vicentino de Monte Aprazível**  
Conselho Central de Tanabi-SP

física e mental, assistência médica e atividades de lazer na comunidade, conforme estabelece a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 512/2021.

A missão do Lar Vicentino é oferecer assistência e acolhimento de forma individualizada, pautada pela seriedade e determinação. A entidade atende pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, suprimindo suas necessidades humanas básicas e respeitando os princípios éticos no processo de cuidado, sempre preservando a dignidade do indivíduo.

Sua visão é promover a efetiva garantia de direitos com absoluta prioridade na efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, cultura, lazer, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar comunitária, com ênfase na sua dignidade como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos individuais e sociais, garantidos na Constituição Federal e na Política Nacional do Idoso. Seus valores incluem respeito e dignidade à pessoa idosa, ética profissional, trabalho humanizado, proteção e garantia dos direitos ao idoso, promoção da saúde e qualidade de vida.

O Lar Vicentino possui as seguintes certificações: Utilidade Pública Municipal (Lei 1.469/1981), Utilidade Pública Estadual (Lei 3.318/1982), Utilidade Pública Federal (Lei 1.426/2005), reconhecimento pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como entidade filantrópica pelo Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social (CEBAS) – 71000.024672/2018-96, Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE) – 0619-2012, registro no Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) – 23002.001638/85-98, registro no Conselho Municipal da Assistência Social 001 (Lei Municipal 2.998/2010) e no Conselho Municipal do Idoso 002, datado de 8 de outubro de 2019.



## **IV – Descrição do Projeto**

**Título do projeto:** Aquisição de equipamentos de ar-condicionado para ambientes da instituição

### **IV – (a) Objeto:**

O objeto da presente proposta é a aquisição de equipamentos de ar-condicionado para os ambientes internos do Lar Vicentino de Monte Aprazível – Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, com o objetivo de garantir conforto térmico aos idosos acolhidos, bem como aos profissionais e visitantes da instituição. A climatização adequada dos espaços coletivos e dormitórios contribuirá significativamente para a promoção da qualidade de vida, bem-estar e saúde dos idosos, especialmente diante das altas temperaturas registradas em grande parte do ano na região noroeste paulista. A iniciativa contempla a aquisição de aparelhos modernos, com tecnologia mais eficiente e econômica, priorizando ambientes de permanência prolongada e de atendimento direto aos idosos.

### **IV – (b) Justificativa:**

#### **IV – (b.1) Descrição da realidade:**

O Lar Vicentino de Monte Aprazível, fundado nos anos 1970, apresenta uma estrutura física construída conforme as possibilidades e padrões da época. Ao longo das décadas, diversas adaptações foram sendo feitas com recursos limitados, fruto de doações, eventos beneficentes e parcerias públicas. Apesar dos avanços, ainda há carência em aspectos relacionados ao conforto térmico. Considerando que muitos dos nossos acolhidos apresentam idade avançada, condições clínicas frágeis e comprometimentos físicos que os mantêm longos períodos nos ambientes internos, a ausência de climatização adequada representa um fator agravante para seu bem-estar. Soma-se a isso o fato de que a região é caracterizada por verões prolongados, com temperaturas frequentemente elevadas, o que reforça a urgência dessa melhoria.

#### **IV – (b.2) Justificativa:**



Diante da realidade apresentada, a aquisição de equipamentos de ar-condicionado se mostra fundamental para qualificar o ambiente institucional, tornando-o mais seguro e confortável para os idosos acolhidos. As altas temperaturas impactam diretamente a saúde dos idosos, podendo agravar quadros clínicos e dificultar o repouso, a alimentação e a convivência. A climatização dos ambientes irá contribuir significativamente para o controle de temperatura e umidade, fatores diretamente ligados à prevenção de infecções, desidratação, agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares. Além disso, proporcionará melhores condições de trabalho para a Equipe Multidisciplinar e mais dignidade para os acolhidos e suas famílias. A proposta contempla a aquisição de modelos com maior eficiência energética, considerando os custos futuros e o compromisso da instituição com a sustentabilidade.

#### **IV – (c) Objetivos:**

##### **IV – (c.1) Objetivo geral:**

Proporcionar qualidade de vida, conforto térmico e segurança aos idosos acolhidos por meio da aquisição de equipamentos de ar-condicionado em ambientes estratégicos da instituição, assegurando melhores condições de convivência, repouso, atendimento e cuidado integral, especialmente durante períodos de forte calor.

##### **IV – (c.2) Objetivos específicos:**

- Climatizar os dormitórios e espaços coletivos de permanência prolongada dos idosos acolhidos, garantindo conforto térmico em todas as estações do ano;
- Contribuir para a promoção da saúde dos idosos, minimizando os efeitos adversos das altas temperaturas sobre o organismo, especialmente em indivíduos com comorbidades;
- Assegurar um ambiente mais adequado para o trabalho da Equipe Multidisciplinar e para a realização de atendimentos de saúde, terapias, visitas e atividades coletivas;
- Proporcionar um ambiente mais acolhedor e digno, valorizando a permanência institucional como espaço de cuidado e bem-estar;



- Reduzir riscos de desidratação, exaustão térmica e agravamento de doenças crônicas associadas ao calor;
- Otimizar o consumo de energia com a aquisição de aparelhos modernos, com selo de eficiência energética, e respeitar as normas técnicas para instalação e uso;
- Atender às exigências sanitárias e recomendações técnicas para instituições de longa permanência que prezam pela qualidade do ambiente físico como fator de cuidado humanizado.

#### **IV – (d) Público-alvo:**

O público-alvo desta proposta são os idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, acolhidos no Lar Vicentino de Monte Aprazível – Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo. Atualmente, a entidade conta com 29 idosos acolhidos, sendo que possui capacidade total de atendimento para até 42 idosos. Todos os acolhidos encontram-se em situação de vulnerabilidade e demandam cuidados contínuos em razão de seu grau de dependência, comprometimento físico, cognitivo ou social, sendo essencial garantir-lhes um ambiente seguro, confortável e digno.

#### **IV – (e) Abrangência territorial:**

O Lar Vicentino de Monte Aprazível está inserido em uma microrregião que abrange os distritos de Itaúba, Engenheiro Balduino e Junqueira, bem como os municípios de Monte Aprazível, e Poloni. A entidade está localizada à Rua Sergipe, nº 01, Vila Aparecida, no município de Monte Aprazível/SP, e presta atendimento a idosos oriundos dessas localidades, acolhendo aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e familiar e que necessitam de proteção integral em regime de longa permanência.



## V – Metodologia

A metodologia para a aquisição dos equipamentos de ar-condicionado será conduzida por etapas, de forma transparente e criteriosa, visando atender com eficácia as necessidades dos idosos acolhidos e da equipe que atua na instituição.

Inicialmente, será realizado um levantamento técnico dos ambientes prioritários para climatização, com base na frequência de uso, permanência prolongada dos idosos e condições estruturais dos espaços. Esta análise permitirá definir a potência adequada de cada aparelho e suas especificações técnicas, de forma a garantir a eficiência e durabilidade dos equipamentos.

Na etapa seguinte, serão realizadas cotações junto a fornecedores do setor, observando critérios como qualidade, eficiência energética, durabilidade, garantia de fábrica e assistência técnica. **A aquisição será realizada priorizando o menor preço global, conforme preconizam os princípios da economicidade e da legalidade, desde que atendidas todas as exigências técnicas estabelecidas.**

Cabe destacar que este projeto contempla **exclusivamente a aquisição dos equipamentos de ar-condicionado**, não incluindo os custos com a instalação dos mesmos. A instalação será viabilizada por meio de recursos próprios da entidade ou através de parcerias voluntárias, garantindo que todos os aparelhos sejam devidamente instalados e colocados em funcionamento após a entrega.

O processo será conduzido com base nos princípios da administração pública, em especial a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a correta aplicação do recurso público e a adequada destinação dos bens adquiridos.



## VI – Cronograma de Atividades

Ano	2025				
Meses	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Publicação de Edital de Chamamento Público	*				
Envio da Proposta do Objeto	*	*			
Competição das Propostas		*			
Divulgação do Resultado Preliminar		*			
Interposição de Recursos		*			
Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção		*			
Homologação e Publicação do Resultado Definitivo		*			



## VII – Metas e resultados esperados

### VII – (a) Metas:

Com a aquisição dos equipamentos de ar-condicionado, o Lar Vicentino de Monte Aprazível pretende aprimorar significativamente a qualidade do ambiente institucional, assegurando condições térmicas adequadas nos espaços de convivência, repouso e atendimento aos idosos acolhidos. A climatização dos ambientes tem como meta proporcionar conforto, bem-estar e segurança aos idosos, especialmente durante os períodos do ano com altas temperaturas, comuns na região.

A medida visa não apenas amenizar o desconforto térmico, mas também prevenir agravos à saúde relacionados ao calor excessivo, como desidratação, exaustão, irritabilidade e agravamento de doenças crônicas. Espera-se ainda promover um ambiente mais digno e humanizado, em conformidade com os princípios da proteção integral e do envelhecimento com qualidade de vida.

A iniciativa também contribuirá para melhorar as condições de trabalho da Equipe Multidisciplinar, criando um espaço mais adequado para a realização de atendimentos, cuidados de rotina, atividades terapêuticas e visitas familiares. Além disso, ao adquirir equipamentos com maior eficiência energética, a entidade busca aliar qualidade e responsabilidade na gestão dos recursos.

### VII – (b) Resultados esperados:

- Conforto térmico nos ambientes internos da instituição;
- Prevenção de agravos à saúde provocados por calor excessivo;
- Melhoria na qualidade de vida dos idosos acolhidos;
- Ambiente mais digno, seguro e acolhedor;
- Redução de riscos de desidratação e desconforto físico;
- Valorização do espaço institucional como local de cuidado humanizado;
- Melhoria das condições de trabalho para os profissionais da Equipe Multidisciplinar;
- Eficiência energética e economia no uso contínuo dos aparelhos.



## VIII – Métodos de monitoramento

<b>Metas</b>	<b>Indicador Qualitativo</b>	<b>Indicador Quantitativo</b>
<b>Autonomia</b>	Grau de dependência	Diálogo com os idosos
<b>Segurança</b>	Planilha de indicadores da Vigilância Sanitária	Relatórios de Intercorrência
<b>Acessibilidade</b>	Planilha de indicadores da Vigilância Sanitária	Projeto Técnico e Relatório Fotográfico
<b>Autoestima e saúde</b>	Análise de rotina	Diagnóstico de Enfermagem
<b>Reabilitação cognitiva</b>	Planilha de indicadores da Vigilância Sanitária	Planilha de Indicadores da Vigilância Sanitária
<b>Reabilitação motora</b>	Grau de dependência	Diálogo com os idosos
<b>Qualidade de vida</b>	Planilha de indicadores da Vigilância Sanitária	Relatório Multidisciplinar



## IX – Equipe Multidisciplinar

Nome completo	Formação	Função	Carga horária	Vínculo
Jheter Anderson Domiciano	Superior Completo	Encarregado Administrativo	44h/semana	Celetista
Gislaine Martins da Costa Ferreira	Superior Completo	Assistente Social	20h/semana	Celetista
Juliana Martins Alcazas Paulino	Superior Completo	Enfermeira	20h/semana	Celetista
Marcela Guimarães Larrubia Cury	Superior Completo	Nutricionista	20h/semana	Celetista
Delcyane Laguna Maset	Superior Completo	Psicóloga	08h/semana	Celetista
Odair Luiz Cardoso Junior	Superior Completo	Fisioterapeuta	16h/semana	Celetista



## X – Despesas decorrentes do projeto a serem pagas

Despesas com o projeto			
Número do item	Item	Quantidade	Valor
01	Ar-condicionado Split Inverter 9.000 BTUs, marca Elgin, modelo 220V	01	R\$ 1.838,61
02	Ar-condicionado Split Inverter 18.000 BTUs, marca Elgin, modelo 220V	12	R\$ 35.868,00
03	Ar-condicionado Split Inverter 30.000 BTUs, marca Elgin, modelo 220V	03	R\$ 16.069,71
<b>Valor total</b>			<b>R\$ 53.776,32<sup>1</sup></b>

<sup>1</sup>Importante destacar que o valor total estimado para a aquisição dos equipamentos de ar-condicionado excede ligeiramente o montante solicitado junto ao Fundo Municipal do Idoso. **Tal diferença será integralmente custeada por contrapartida da própria entidade, com recursos próprios ou de doações vinculadas, de modo a garantir a execução plena do objeto proposto.** Essa medida reforça o compromisso do Lar Vicentino de Monte Aprazível com a melhoria contínua da qualidade de vida de seus acolhidos e a correta aplicação dos recursos públicos.



## XI – Recurso público para a execução

O valor solicitado junto ao Fundo Municipal do Idoso para a execução do presente projeto é de **R\$ 52.899,24 (cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos)**, destinado exclusivamente à aquisição dos equipamentos de ar-condicionado, conforme especificações e justificativas anteriormente apresentadas.

## XII – Recurso próprio da entidade

O valor excedente do orçamento total, no montante de **R\$ 877,08 (oitocentos e setenta e sete reais e oito centavos)**, será assumido como **contrapartida financeira da entidade**, com recursos próprios provenientes de doações e/ou arrecadações internas, garantindo a execução integral da proposta. Esta contrapartida reafirma o compromisso do Lar Vicentino de Monte Aprazível com a boa gestão dos recursos públicos e a concretização dos objetivos do projeto.

## XIII – Período de duração do projeto

O período estimado para a execução do projeto é de **03 (três) meses**, contados a partir da liberação do recurso financeiro, tempo necessário para conclusão das etapas de levantamento técnico, aquisição dos equipamentos e finalização do processo com prestação de contas.

## XIV – Cronograma de desembolso

<b>Categoria de Aplicação</b>	<b>Descrição do Item</b>	<b>Valor Previsto (R\$)</b>	<b>Mês Previsto para Desembolso</b>
Outros Bens e Equipamentos Permanentes	Equipamento de Ar-Condicionado Elgin 9.000 BTUs Split Inverter 220V (10 unidades)	R\$ 1.838,61	Outubro



Sociedade de São Vicente de Paulo  
Lar Vicentino de Monte Aprazível  
Conselho Central de Tanabi-SP

Categoria de Aplicação	Descrição do Item	Valor Previsto (R\$)	Mês Previsto para Desembolso
Outros Bens e Equipamentos Permanentes	Equipamento de Ar-Condicionado Elgin 18.000 BTUs Split Inverter 220V (3 unidades)	R\$ 35.868,00	Outubro
Outros Bens e Equipamentos Permanentes	Equipamento de Ar-Condicionado Elgin 30.000 BTUs Split Inverter 220V (1 unidade)	R\$ 16.069,71	Outubro
<b>Total</b>		<b>R\$ 53.776,32</b>	

**Nota:** O valor total de R\$ 53.776,32 compreende a soma do recurso público no montante de R\$ 52.899,24 (cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), proveniente do Fundo Municipal do Idoso, e da contrapartida da entidade no valor de R\$ 877,08 (oitocentos e setenta e sete reais e oito centavos), custeada com recursos próprios.

Monte Aprazível, 18 de julho de 2025

LAR VICENTINO DE MONTE APRAZIVEL:45144870000172  
Assinado de forma digital por LAR VICENTINO DE MONTE APRAZIVEL:45144870000172  
Dados: 2025.07.24 08:21:53 -03'00'

Representante da Organização da Sociedade Civil (OSC)  
João Carlos da Silva – CPF: 018.532.638-26 – Presidente

*Gislaine Martins da Costa Ferreira*  
Responsável pela Proposta

Gislaine Martins da Costa Ferreira – Assistente Social – CRESS: 38.443

Gislaine M. da Costa f.  
Assistente Social  
CRESS: 38443

*Jheter Anderson Domiciano*  
Responsável pela Execução da Proposta

Jheter Anderson Domiciano – CPF: 470.074.408-19 – Encarregado Administrativo